



A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: DESAFIOS E APROXIMAÇÕES

Danielle Ivone Ribeiro¹

E-mail danigabigi2020@gmail.com

Suzete Terezinha Orzechowski²

E-mail sorzechowski@unicentro.br

RESUMO: A educação libertadora é para todos os sujeitos de uma sociedade, sem distinção de raça, cor, ou situação social. A escola tem uma função social, que liberta e capacita, função essa em construção nas instituições, as quais devem garantir o direito à educação. A tão sonhada liberdade intelectual emancipadora e consequentemente uma vida digna e cheia de oportunidades na prática não se percebe. Pelo contrário, barbáries e injustiças perduram a séculos em nosso país onde não se considera o humano, nem seus direitos. A meritocracia como fundamento e o valor equivocado que tal política atribui na educação escolar de crianças e jovens ignora o verdadeiro conceito de valorização da função social da educação. Se dá lugar a educação que coisifica o homem privando o direito de transformar a natureza e, por conseguinte, transformar a si mesmo. Neste contexto nosso objetivo é discutir a função social possível da escolarização. A pesquisa é bibliográfica com análises de cunho narrativo considerado a partir da experiência vivida e confrontada com a leitura realizada pela pesquisadora.

Palavras chave: Educação; Desigualdade; Função social; Transformação libertadora

¹ Pedagoga pela Unicentro. Membro do Grupo GETFOP e do LAPSU- Laboratório de Pedagogia Social da Unicentro. E-mail danigabigi2020@gmail.com

² Dra. em Educação, Prof.^a do PPGE-UNICENTRO, Líder do grupo GETFOP e coordenadora do LAPSU-Laboratório de Pedagogia Social da Unicentro. Membro do GT- coordenador da RePPed. E-mail sorzechowski@unicentro.br



INTRODUÇÃO

Paulo Freire em seu livro *A Pedagogia do Oprimido*, nos confronta a uma educação libertadora. Em que se tem o desejo pelo conhecimento, que edifica e transforma concedendo autonomia e liberdade ao sujeito. Enfatiza a situação real de nossa educação, entendendo que as pessoas não são livres para pensar, e que são desde cedo condicionadas a pensar funcionalmente, não como protagonistas da sua história, mas, dentro de um sistema maligno, prevendo e condicionando até o pensar dos sujeitos, portanto, não são livres de fato.

A educação, a pedagogia, o processo ensino-aprendizagem apenas fazem com que as crianças repitam comportamentos já estabelecidos. Na situação real em que vivem, reprimem o saber e se adaptam a modos que não são seus. Por ser o sujeito, socialmente adaptado, importa que ele aprenda pela sociabilidade, ou seja, pela interação com o outro que lhe transfere o modelo a ser seguido. Assim as escolas aproximam essa criança do trabalho industrial, não do pensar livre. A subordinação aos modelos está presente no ambiente escolar assim como, no subjetivo coletivo.

Arroyo (2015) em sua visão ainda destaca que as condições sociais sub-humanas que se encontram as crianças escolarizadas, não respeitam seus primeiros direitos. Ao invés disso a educação escolar alimenta o conceito de meritocracia. Assim se processa a segregação das crianças e jovens, separando-os para um futuro dado, uma vez que não serão merecedores de mudanças dentro da sociedade que se diz tão “justa”.

Sem considerar as condições sociais e também culturais de cada sujeito, a escola jamais poderá aproximar-se de sua função libertadora. Não tem sentido algum falar em educação sem confrontarmos com os direitos humanos e além disso direitos culturais de cada ser. Sem respeito não se educa, se oprime, se conforma, mas não se educa. A apropriação cultural só acontece com esse



respeito aos conhecimentos vários. É a partir deste respeito que se processa a criticidade, exercitando a dialética e também fazendo valer a vivência de cada um nas suas diferenças. Afinal somos uma sociedade derivada de várias culturas e saberes sociais específicos. E ainda que todos tivessem a mesma condição social, não nos parece inteligente ignorar tais culturas e formações distintas. Não é adequado elaborar um padrão cultural, social e étnico, em um país tão vasto de riquezas socioculturais.

A justiça que entendemos não se faz valer a essas crianças e jovens. Os valores são relativos e relativizados, qual seria o valor maior? O que tanto se persegue e que em nome dele se comete injustiças, tirando e retirando o direito a educação transformadora e colocando no seu lugar uma sociedade conservadora onde as crianças e os jovens são considerados humanos condicionados a uma ordem sociocultural sem possibilidade de transformação. A função da escola acaba subsumida neste contexto de direitos negados, desde os básicos como moradia e alimentação aos últimos que nem chegam a perceber que lhes faltam, uma vez que precisa trabalhar cedo e se submeter a realidade onde se insere. Não importa o valor que se pregue se o valor do ser humano não é respeitado.

Se a escola cumpre com a sua função social de transformação, como assinala Saviani (1989), o homem tem em si o poder de transformar-se? Ai estaria a função social da educação? Tornar o homem protagonista, uma vez que ele cria suas culturas ou padrões distintos reconhecido pelos demais e respeitado. Com autonomia não será subjugado de forma alguma. A educação transformadora entende que ele é o sujeito que protagoniza sua história. O homem não pode ser mais coadjuvante de políticas que o oprimem e marginalizam seu modo de pensar.

Saviani (1989) destaca que o homem deve ser respeitado pelo ser homem e isso deveria bastar. Contudo, historicamente é visível que a educação enaltece



um “tipo” de homem, não todos os homens. Como disse outrora a situação da maioria dos homens é determinada pela educação que lhes é ofertada. A escola não pode mais ser cúmplice de tais atrocidades e o educador, o mínimo que se espera dele, é que conheça o “homem”, não um “tipo”, mas o ser humano em sua diversidade. Espera-se de tal profissional um conhecimento profundo para que possa intervir positivamente na vida de tais pessoas. Essa falsa homogeneização ou padronização do homem não deverá ser mais tolerada. Entendemos que a partir da consciência das liberdades e das desigualdades sociais, étnicas e culturais existentes podemos ter uma escola que funciona de modo satisfatório a todos os homens.

O texto apresenta tais problematizações a partir de reflexões que afligem a realidade na qual estamos inseridos, neste processo a análise provoca na primeira sessão uma consciência existencial com apontamentos sobre os desafios na função da escola. Na segunda sessão abordaremos a necessidade do coletivo na transformação do mundo que se quer mais equitativo. Na terceira sessão aborda-se a tensão sobre a função da educação na garantia dos direitos humanos. Para as considerações finais trazemos a necessidade da educação transformadora que retoma a liberdade e a autonomia na construção da realidade mais solidária e cidadã.

A metodologia da pesquisa é de cunho qualitativo fundamentando-se na construção do texto narrativo, onde o autor da pesquisa faz parte do contexto pesquisado. Quando fiz a leitura em Freire, na Pedagogia do Oprimido percebi quanto estive oprimida e quanto desejei ultrapassar essa condição para me tornar opressora. Entretanto, como refere-se Vilela, Borrego e Azevedo:

Expandido os horizontes da pesquisa e de sua revisão bibliográfica, nós pesquisadores narrativos, temos especial interesse na presença humana e suas ações na esfera da educação, pois, repetindo as palavras de Franco Ferraroti (2010 busca-se pelo método que reconhece na subjetividade um valor de conhecimento qualitativo. (VILELA, BORREGO & AZEVEDO, 2021, p.76)



A identificação com a temática trouxe a possibilidade de exercer um protagonismo sobre o pensamento adquirido que traz uma modificação na minha intencionalidade como pedagoga junto ao trabalho pedagógico a ser desenvolvido. Embora tenha sido saqueada dos meus sonhos e interesses em diversos momentos, hoje percebo que sou protagonista da minha dignidade humana.

1. TER CONSCIÊNCIA: APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO E SEUS DESAFIOS EMANCIPATÓRIOS

Existimos em um mundo real e concreto, mundo de injustiças e desigualdades sociais, mundo de dores e tristezas, mundo de nossas sensações, sensações por muitas vezes enganosas, de bem estar coletivo e negação da realidade. Esse mundo é real e físico, e muitas vezes nos aprisiona. Essas dores estão em nós a tanto tempo que não saberia distinguir o que é meu ou não, ou o que me foi ensinado, ou foi muitas vezes podado em mim. Aquela voz de minha consciência não emancipada, sugerindo-me o mal entendido. Numa linha tênue entre humildade e subserviência sem que eu possa distinguir com clareza o que me é proposto, ainda que a liberdade esteja à espreita. Ser livre, sem fiador, ser livre sendo, sem que alguém se comprometa por mim? Mas, como ser livre sem lutar? Sem ter um tom de voz altivo, sem ser soberbo, mas claro, objetivo, respeitoso, colaborativo, fraterno e sabendo onde quer chegar?

Nem comecei a pensar no assunto e já estou me preocupando, na verdade me desculpando por querer ser livre (informando que não serei altiva) veja como foi inconsciente. Existe dentro das pessoas uma consciência que não é delas, mas é funcional se encaixa, que dá desculpas para continuar alienada. Pois, essa liberdade é estranha e dá trabalho, na verdade dá medo, não sei se quero. Contudo, sim o homem quer, como lembra Saviani



Mas se o homem não fica indiferente as coisas, isso significa que ele não é um ser passivo. Ele reage perante a situação, intervém pessoalmente para aceitar, rejeitar ou transformar. A cultura não é outra coisa senão, por um lado, a transformação que o homem opera pelo meio e, por outro os resultados dessa transformação. O homem é então capaz de superar os condicionamentos da situação; ele não é totalmente determinado; é um ser autônomo, um ser livre. (SAVIANI, 1989 p.40)

A negação dos direitos humanos e a falta de justiça social parece ser normal. E nos tempos atuais falar de direitos humanos é ser “comunista/esquerdista”. Desse modo o conformismo se instala e se esquece que, parafraseando Freire (2005) ... a educação é um ato de amor, por isso um ato de coragem, entretanto não se pode temer o debate ou os embates, é preciso a análise da realidade. Não se pode fugir a discussão criadora sob pena de se tornar uma farsa, tratando da vida como uma condição dada que não se transforma.

Freire (1989) escreveu sobre a liberdade de pensar, pensar por si, não porque pensam outros e que isso baste, é além do pensar, pensar sobre o pensar e ir além, saber discernir o que é seu pensamento e o que foi imposto pela sociedade, a qual não quer te emancipar. Saímos até dos lugares ruins, mas os lugares ruins não saem de nós. Continuamos conformados e submissos aos conselhos de que a vida é assim mesmo. Essa consciência oprimida deveria sair no momento em que nos submetemos a palavra, também na instituição escolar, afinal ela tem uma função social, que seria emancipar, dar autonomia para que sejamos bons cidadãos e livres de fato.

A escola tem essa função? Conscientiza o aluno do poder dele? Ou do poder do opressor? Não havendo esse debate as crianças crescem acostumadas com a opressão, conformadas como, a sociedade assim o deseja. O poder do aluno está na obediência aos ditames do opressor. Atualmente muita desordem, muita desobediência!!!! Fiquei pensando???? E na escola? Como se atende essa falta de ordem? Como se ensina a ser ordeiro? Qual o papel da



sociedade nesse processo? Isso é um problema a ser resolvido pela escola? Tão somente?

Obviamente, não só as escolas tem essa função alienante, e conformadora. Elas já são um subproduto das desigualdades sociais, que as políticas insistem em manter, e a falta de compromisso das políticas públicas educacionais com a população revela que uma escola transformadora não seria boa para o governo de elites, não seria interessante conscientizar a população de seu poder. Pois como sugere Jessé Souza (2004) é uma construção da naturalização da desigualdade social e consequente produção de subcidadãos que estão sob as amarras históricas de um fenômeno de massificação que teve início no século XIX.

É que, para eles, pessoa humana são apenas eles. Os outros, estes são “coisas. Para eles, a um só direito – o seu direito de viver e em paz ante o direito de sobreviverem, que talvez, nem sequer reconheçam, mas somente admitam aos oprimidos. (FREIRE, 2005, p.50)

A história da sociedade brasileira vai enfrentando essas realidades onde os oprimidos se transformam em subcidadãos. Entretanto a revolução que Paulo Freire aborda seria a dialética, veja que simples a conversa, o diálogo, não o monólogo, mas, a conversa. A importância de saber ouvir cada realidade e não simplesmente impor uma, como se todos os alunos compartilhassem da mesma vida ou situação social e econômica. Como se todos tivessem as mesmas vivências e gostassem das mesmas coisas. (mesmo que agora não quero entrar no mérito dos preconceitos raciais e sociais cometidos) vou me ater apenas na função da escola.

Enquanto na teoria da ação antidialógica a conquista, como sua primeira característica implica um sujeito que, conquistando o outro, o transforma em quase “coisa”, na teoria dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em co-laboração. (FREIRE, 2005, p.191)



Assim não seria função da escola essa co-laboração, entenda que disse que é uma solução simples não simplista, o ser humano em si é complexo, portanto, a dialética seria uma prática efetiva, profunda, certa, mas, jamais simplista. É nesse encontro dialético que se produzem as trocas entre as diferentes realidades entre os sujeitos. Essa co-laboração envolveria tempo do educador para que o mesmo conhecesse a vida de seus educandos, para que pudesse assim, levantar problemáticas, a partir da realidade dos alunos, e depois de tê-los ouvido, saber conduzir para uma conversa com início, meio e fim, mas não um fim em si mesmo, e sim uma finalidade de existir, de continuar, de crescer, de ser mais. Esta é uma dinâmica socioeducativa que promove o tempo para que algumas ideias sem sentido, ou desconexas, tornem-se ordem coerente com sentido na troca entre todos, sem tirar o poder da palavra de cada um, sem diminuir as mazelas, mas tornar-se consciente delas e explorar as possibilidades de enfrentá-las e superá-las por meio de uma educação problematizadora, como se refere Freire:

A educação problematizadora, que não é fixismo reacionário, é futuridade revolucionária. Daí que seja profética e, como tal, esperançosa. Daí que corresponda a condição dos homens como seres históricos e à sua historicidade. Daí que se identifique com eles como seres mais além de si mesmos – como “projetos” –, como seres que caminham para frente, que olham para frente; como seres a quem o imobilismo ameaça de morte; para quem o olhar para trás não deve ser uma forma nostálgica de querer voltar, mas um modo de melhor conhecer o que está sendo, para melhor construir o futuro. Daí que se identifique com o movimento permanente em que se acham inscritos os homens, como seres que se sabem inconclusos; movimento que é histórico e que tem seu ponto de partida, o seu sujeito, o seu objetivo. (FREIRE, 2005, p. 84-5)

Ora são questões importantes essas reflexões sobre as mazelas. Porque se fortificadas nas crianças, ou não tratadas, sem serem devidamente ouvidas, essas crianças tornar-se-ão opressores ou hospedeiros de opressores, afinal, ninguém dá o que não tem. Para uma criança não ouvida é muito mais simples oprimir, porque também ela foi oprimida, e não foi incluída, (não apenas assistida). Até esse verbo (assistir) envolve uma passividade de quem assiste,



não uma ação, ou prática, a passividade se aprende assim também. Eu iria mais longe, diria frieza se aprende assim, e é na infância onde o ser humano mais aprende. Por isso a preocupação de Paulo Freire com a educação.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada pela sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 2055, p. 58-9)

E é por isso que a educação é como se fosse um caminho em círculos que não se anda, apenas se tem a sensação de andar, no entanto, nunca sai do lugar. Essa falsa liberdade e autonomia adquirida pela falsa escola que falsamente se compadece dos pequenos. O ambiente escolar lembra um ambiente industrial, onde precisa cumprir ordens e horários. Aquele velho sinal estridente, mostrando atividades, e incentivando a meritocracia, uma vez que os alunos não são analisados em sua totalidade, mas, apenas, pela avaliação de uma nota, que define quem é o aluno diante dos outros. Essas experiências competitivas mais tarde com certeza ajuda o sistema capitalista, crianças submissas aos valores de um lado, o acúmulo de riquezas e, de outro o assalariado, assim se aprende a manter os oprimidos e opressores. Para que o sistema continue é fundamental que a escola continue e ensine assim. O medo da liberdade que Paulo Freire aponta, também envolve creio eu essa pergunta: bem, se é assim, como mudar?

A libertação, por isto é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. (FREIRE, 2005, p.38)

Eu acredito que a educação transformadora existe, e deve ser implantada, mas nós os que estamos acostumados com os duros golpes de injustiça historicamente conhecidos, falamos a respeito dela (da educação



transformadora) mas, na prática estamos com as consciências petrificadas. Frios e passivos, essa consciência de educação demanda muita força de vontade, e ainda mudanças rígidas na sociedade. Nossas mentes nos condenam a permanecer assim, ora, não fosse isso, algo já teria sido feito. Porém o sistema está com suas unhas tão arraigadas em nós que sabendo da teoria, sem resistência, pode ser um grande passo pra libertação. Quanto a prática, esta demanda movimentos sociais em ação e muita luta. Para nos encorajar é fundamental articular o que se diz com o que se faz na escola e também na existência pessoal de cada sujeito.

Miguel Arroyo também questionava essa educação que não liberta e sim oprime. Em seu texto “O direito a educação e a nova segregação social e racial-tempos insatisfatórios?” ele nos aponta com muita clareza essas condições em que a grande massa vive. Sujeita a elite dominante.

Parto de uma hipótese: nosso sistema escolar e as identidades das escolas, públicas, sobretudo, e de seus profissionais foram construídos tendo como referente os seus destinatários, os trabalhadores, os pobres, os camponeses, os negros, mas pensados e alocados como inferiores no padrão de poder-saber. A histórica visão negativa desses coletivos e de seus filhos e filhas marcaram e continuam marcando a lenta garantia de seus direitos à educação, à escola e à universidade. A história dos tempos insatisfatórios na garantia do direito à educação coincide com a história dos tempos insatisfatórios do reconhecimento positivo dos coletivos populares. Uma injustiça social que precisa ser denunciada e combatida. (ARROYO, 2015, p.16)

Os grupos sociais, pobres, negros, indígenas, jovens, trabalhadores explorados aparecem como meros destinatários agradecidos. Eles (as minorias) como escreveu Arroyo (2015) nem tem consciência do – poder-saber- Nem tem consciência do que lhes foi roubado, justamente porque essas tensões perpassam o saber das elites, que por sua vez sempre manteve esses “conhecimentos” condicionados. Essa luta por justiça educacional está vinculada a luta e a denúncia da segregação social e racial de nossas crianças e jovens.



2. O MUNDO NÃO VAI MELHORAR SOZINHO

Essa pedagogia voltada aos pequenos, inclusive, não pode descartar a culpa dos governantes, por isso Freire, escreve sobre política. Quem lidera, legisla e quem põe em prática as leis não são os oprimidos, se assim fosse teríamos outros problemas. Por isso, é indispensável que a classe oprimida lute politicamente pelos seus direitos, não permitindo outros ditarem o que é certo ou não em suas vidas.

Pra começarmos a análise precisamos partir de um pressuposto histórico, de como esse direito a educação vem sendo negligenciado, ou se muito condicionado, justamente para os pobres da nação que acabam por entender que não se tem o que fazer. Esse conformismo demonstra a alienação de sua própria situação social, racial e econômica, como cegos úteis ao sistema.

A própria história tem mostrado que o nosso sistema escolar, desde a educação infantil a universidade, sempre foi injusta. Marginalizando as massas, seguindo a segregação racial e social dos direitos sociais e políticos e econômicos, segregação essa persistente, na cultura e na estrutura elitista e conservadora.

2.1 A educação na tensa negação sobre os direitos humanos

Somos humanos antes de qualquer coisa, antes de sermos negros, indígenas, pobres, crianças marginalizadas, somos humanos! E onde estariam os direitos humanos que estão garantidos também pela nossa Constituição. Temos direito a vida, direito de ir e vir e, direito a educação. O fato é que nem os direitos humanos são respeitados nesses contextos históricos de segregação racial-social. A alienação das minorias faz crescer e alimentar um sistema em que as mesmas não são visibilizadas. Para promover a visibilidade sobre a discussão Arroyo(2015) apresenta algumas pistas:

Esse atrelamento do direito à educação à garantia do conjunto de direitos humanos mais básicos e a outro projeto de sociedade nos aponta pistas determinantes para a análise da negação-afirmação do direito à educação dos grupos sociais em lutas por direitos. Uma primeira pista é superar a visão ingênua de que o direito à educação é o primeiro direito, o direito precedente garantia dos outros direitos. A segunda pista é reconhecer que tanto a negação quanto a afirmação



do direito à educação não aconteceram nem acontecerão como processos sociais, políticos isolados da negação-afirmação dos direitos humanos mais básicos. Logo, equacionar políticas de garantia do direito à educação articuladas a políticas de garantia dos direitos humanos articuladas por outras instâncias como a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Desenvolvimento Agrário etc. Por fim, a terceira pista consiste em superar a visão dos direitos humanos e, especificamente, do direito à educação como direitos individuais – número de alunos que acederam à escola, que fizeram um percurso escolar exitoso etc. para avançar as análises de negação-garantia dos direitos de coletivos sociais, de classe, de raça, de gênero, de etnia e do campo. As lutas sejam contra a negação de direitos ou por sua garantia são coletivas. O padrão de poder-saber segrega, inferioriza coletivos de classe e raça. Como coletivos, eles lutam por direitos. (ARROYO, 2015, p.20-1)

Precisamos de uma agenda pública, em que os governantes, se inspirem em princípios de justiça, equidade e emancipação. No entanto é preciso destacar que essa visão de que são vítimas passivas da segregação, deve ser cautelosa, uma vez que também somos obrigados a reconhecer suas lutas pelos seus direitos a humanidade, dignidade, educação. Portanto, são vítimas do sistema e não vitimistas.

A maneira como se trata as pessoas negras, indígenas e de classe pobre é indiscutivelmente maligna, perversa e limitadora. Nega-se o direito a educação, e em muitos casos essa função da escola, só subverte o que seria uma educação de fato, livre de amarras e fiéis condutas, sem questionamentos maiores. Nas últimas décadas, já lembrava Arroyo (2015) os ideais democráticos, e sobretudo os grupos sociais injustiçados vinham pressionando por igualdade e justiça social. Movidos por esse ideal as escolas e seus profissionais somavam com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no reconhecimento da infância e da adolescência como linguagem de dignidade humana. Essa era uma reação contra as visões inferiorizantes, negativas e condenatórias das crianças, adolescentes e jovens das classes menos favorecidas.

Temos um senso comum muito ilusório de que o direito a educação seria o primeiro direito. É subentendido que os outros direitos são já respeitados e que a criança tem acesso a eles, parece que só precisa agora educação, sendo que os direitos humanos estão interligados, todos eles, direito das mulheres igualdade racial, desenvolvimento social, são todos direitos humanos que muitas vezes são negadas as minorias.



Por pensarmos erroneamente que cada ser humano tem direito a educação e pensamos que isso é verdade, mesmo não sendo, acaba atrapalhando quem luta pelos direitos coletivos, fazendo parecer algo individual. Não são poucos os casos mesmo entre os grupos segregados, em que os mesmos pensam que esses direitos já são algo garantido, e que essas lutas são vazias e sem propósito. Entendo que nesses casos esses barulhos de lutas gritam fortemente para lembrá-los de quem realmente são nessas lutas e eles rapidamente negam a si mesmos, negam suas dores, negam sua essência, e negando legitimam as vozes dos opressores pensando ser sua consciência a falar. Enfraquecem os grupos e fazem parecer insensatos os que o fazem. Afinal não estão sendo "ordeiros" como sua educação os ensinou.

O reconhecimento dos coletivos é que nos fará ver com clareza os avanços de nossas políticas públicas. Em uma escola ou outra, em um bairro ou outro, ou com um aluno ou outro, reconhecermos tais avanços, não dizem nada. Ainda seria uma visão individualista sem nos pôr a par da verdade. Perceber que existem escolas com educação de qualidade não significa que todas estão no mesmo patamar. As escolas mais distantes nas periferias, com alunos negros ou indígenas, em lugares remotos e em situação social precária, comprovam a existência de coletivos das minorias e como um termômetro serve para reconhecer a função social da escola. Por enquanto, tem se apenas no subjetivo aquela ideia de que todos tem direito a educação equivocadamente pensamos que sim, por terem direito de fato, tem educação. Entretanto o direito a educação não confirma a educação libertadora. Temos que olhar ao redor e analisar para reconhecer a função da educação para com os marginalizados e inferiorizados da sociedade. Não está satisfatória essa educação, melhorou nos últimos anos, mas não o suficiente para contemplar a todos. Temos a democratização do acesso, mas não o processo de emancipação.

Apesar das promessas que foram feitas de garantia do seu direito a educação, contidas no PNE, temos que reconhecer que há muito que se fazer. O dever do Estado é garantir com severidade tais direitos, e é assim que se pode pensar em uma escola crítica. Nessa escola os direitos básicos são respeitados, garantidos e se promove a educação consciente destes direitos. É importante que o processo de tomada de consciência anule o sentido paternalista, da doação e da benesse. A educação tem a função social de promover o respeito independente da condição social ou racial. Ao Estado, suas políticas e instituições corresponde o dever de incluir a todos e todas sem injustiças.



O padrão de poder dominação- subalternização- segregação racial e social, faz-se presente desde a colonização que perpassa a república, até os tempos ditos democráticos. Sabemos que todos os países que foram colonizados já eram habitados por outros povos tradicionais. No Brasil, os indígenas, logo depois a chegada de negros escravos que eram vendidos e arrastados para uma terra distante. Estes serviram de mão de obra forçada, tendo suas culturas arrancadas, submetidos a um outro país que por sua vez estava submisso a Europa. Temos aqui pelo menos dois povos que até hoje sofrem com todas as circunstâncias que foram expostos. Sendo despojados de suas próprias singularidades e identidades, apenas resistiam num contexto contrário a eles. Forçados a uma educação religiosa que não conheciam, (jesuítas) isso no caso dos índios. No caso dos negros a educação não existia. É histórica essa segregação racial, sabemos que o Brasil foi o último a libertar os escravos, e libertaram para onde? Moradia? Trabalho?

Esses escravos foram libertos, porém continuavam com a mente cativa, sem ter onde ir ou trabalhar. Jogados de lado ficaram marginalizados, como coisas que já não tinham mais valor, sem ter noção de dignidade ou vida. Infelizmente, essa situação não muda muito, temos atualmente pessoas marginalizadas e esquecidas pela sociedade. Na maior parte são negras e continuam assim, sem um norte, sem um lugar para repousar. Apenas existindo, levando a vida como dá sem maiores ambições.

Como disse a alguns parágrafos, houve uma melhora significativa de umas décadas pra cá, mas ainda não está solucionado o problema da segregação. Ainda existem preconceitos e muita miséria no meio das minorias. É cultural no Brasil essa segregação, e quando muito as autoridades se preocupam não em valorizar as identidades das minorias, mas, a submete-las ao poder que implica a aceitação de um padrão cognitivo e cultural, de modo que se encaixe nos moldes europeus aqui estabelecidos séculos atrás e que ainda é referência colonizadora para a sociedade moderna.

2.2. Educação e aproximações com aspectos do crescimento humano no social

Expondo dessa forma a situação toda da educação, entendemos que responsabilizar só a escola ou a educação pública é um engano, posto que



primeiro, os jovens, crianças, adolescentes não tem seus direitos humanos garantidos. Ou mesmo responsabilizar as famílias é um equívoco.

Analisar toda uma educação em que uma criança faz uma avaliação, recebe uma nota, num contexto social tão catastrófico seria hilário senão fosse tão destrutivo, inconcluso, injusto. É como um barulho sem som, sem sentido, diria até fútil, não repara os problemas reais da educação e mantém desta forma a injustiça social.

Eu iria além, há uma injustiça moral sobre a cabeça das minorias, subentende-se que não são boas o bastante, ou que não trabalham o bastante, ou inteligentes o bastante para merecer uma vida digna. Elas não têm poque não merecem!!!

Esse conceito de meritocracia apenas segrega, não tem nenhum valor, ignora as condições sociais econômicas e culturais de cada ser. Coletivamente esse conceito de meritocracia, destrói o país, e individualmente destrói o ser humano, tantos seres capazes que não se enxergam assim, não se apropriam de cultura muitas vezes oferecida, porque se sentem incapazes, aquela consciência oprimida sussurra em seus ouvidos: você não pode, não é para você!

Tanto mais o país lucraria, se as massas populares entendessem que podem, que são dignas e que o conhecimento verdadeiro liberta. Teríamos também uma sociedade mais humana mais justa, são tantas coisas perdidas, tantas vozes caladas, que creio que nem o capitalismo lucra com tanta perversidade.

Creio eu que também aqui tocamos em uma questão da mentalidade conservadora e dominante, e a relação seria mais de poder do que social em si. A mente colonizadora precisa dos colonizados, afinal se todos tivessem educação até o capitalismo lucraria como disse, mas, penso que entra uma relação de poder, “não basta o ter financeiramente falando, mas, o poder estabelecido, saber que o indivíduo não tem nada e eu posso tudo, saber que tenho subalternos a minha posição, não só ao meu dinheiro. Não basta ter muito, tem que se ter tudo. Poderia falar agora de valores, acho mais apropriado, combina mais com o assunto, valor não é ser branco ou estar numa classe privilegiada, as pessoas normalmente já nascem em tal situação, mas, valor é quando mesmo eu tendo eu escolho não me submeter a privilégios em detrimento do próximo, isso pra mim seria um conceito de valor, e não esses dogmas tradicionais conservando a imoralidade social brasileira.



A questão não é só política e sim de ética, moral (não a falsa) mas de uma consciência coletiva do saber, e do ser humano. Cabe aqui lembrar de Jessé Souza que nos convida a pensar sobre a consolidação da cultura a partir de análises com as ciências sociais, que muitas vezes se contrafazem no Brasil, ao longo de sua história.

[...]portanto, estabelecer travas reflexivas as ideologias liberais hegemônicas que se utilizam dos ensaios de interpretação para galgar legitimidade científica, A tolice da inteligência brasileira é radical no enfrentamento isento de complacência com o que desbanca os bordões liberais da meritocracia e da falsa neutralidade institucional. Deve sua força a maneira como atrela incansavelmente as contradições nacionais a desigualdade social nefasta que condena o Brasil a um futuro medíocre antevisto a cada dia. Para tal, de maneira regular, almeja oferecer ao leitor a dialética entre exploração e justificação, sendo que essa última deve ser desembaraçada dos engodos ideológicos que confundem privilégio com mérito, culpabilizando, no outro extremo a vítima pela reprodução naturalizada de seu fracasso. O fracasso tem a ver sobretudo com o tempo que os endinheirados e a classe média tradicional roubam das classes populares. Estas na lida de serviços domésticos e demais tipos subvalorizados, permitem aos patrões e seus filhos a dedicação exclusiva a estudos e trabalhos mais rentáveis. (Souza, p.233)

Esse conceito da meritocracia paira na sociedade historicamente falando, é como um eco, esse eco de toda essa atmosfera injusta e funcional, que provoca um grito de indignação no coração de cada pessoa, grito esse contido pelo sistema que oprime e que deixa o ser humano de lado em detrimento da manutenção de uma sociedade quase escravocrata em seus direitos, opções e sentimentos, esmagando a essência em detrimento de aparências mentirosas e capciosas, a afirmação de que a educação é pra todos, e só um slogan mentiroso, capcioso que te faz se sentir numa sociedade em que todos tem os mesmos direitos sendo que isso é uma mentira absoluta. Não se relativiza a verdade.

Tendo em vista que a sociedade não é justa, não mais pensaríamos no conceito de meritocracia com tanta facilidade, temos que ter embutidos em nossas mentes o quão perversa e injusta é a sociedade para, a partir daí, darmos qualquer diagnóstico para a melhoria da educação no Brasil e no mundo.

Sem ter como primícia a desigualdade social não chegaremos a lugar nenhum na educação. Toda a função social da escola, todos os conhecimentos e todas as didáticas e especificidades da educação, toda teoria seria inútil e



inefcazes em uma sociedade em que os primeiros direitos humanos básicos são negados.

O que se subentende por progresso na sociedade, seria o progresso das elites que seguem intocáveis, marginalizando os diferentes com todos os tipos de preconceito, inventando conceitos capciosos como o da meritocracia, combatendo os diferentes por qualquer motivo. O pensamento conservador prega que não se pode transformar, e mantem o domínio justamente por conservar princípios, que não visam as minorias e sim a manutenção desse sistema. Ordem e Progresso!! Capcioso receio. Ordem para quem? Se a educação é para a promoção do homem, de que homem estamos falando? Os homens que já tem seus direitos garantidos, não precisam de justiça. Agora o valor do indivíduo pelo indivíduo se fosse considerado, nem teríamos essa discussão. O valor considerado pela sociedade, não é valor no sentido ético, e verdadeiro e sim situação social e ou cultural. Essa palavra valor, é capciosa em certas bocas. Por exemplo: O valor de uma família não é menor se a mãe é solteira, ou se o filho é criado pela vó na periferia, não é menor o valor de uma pessoa que trabalha para sustentar sozinha um filho ou filhos, receio que o valor de tal pessoa ainda seja maior. Porém, na boca de pessoas incultas, iletradas e ignorantes apesar de possuírem um diploma, essas pessoas não possuem valor, a família deve ter a visão que ela determina como família. Na verdade é uma cultura do estigma, da marginalização e do estereótipo, assim confundem valor com condição social, são bem distintos. É por isso que se fala tanto em direitos humanos deveria ser um assunto já encerrado, uma vez que todos desfrutassem desses direitos. O valor não seria apenas o de ser humano?

O efeito disso é uma visão social e pedagógica que todos da mesma classe ou raça terão em sala de aula. Essa luta racial e social não é coisa do passado, mas algo indispensável e incontestável, mesmo nos dias de hoje. Depois de termos avançado nas últimas décadas, não podemos cogitar retroceder e aceitar algo tão repugnante, a violência sobretudo, moral, que nossas crianças e jovens negros passam em seu cotidiano. Não nos esqueçamos que se pudéssemos amassar todas as páginas da história contada em nossa nação, delas jorrariam sangue inocente, além de lágrimas e tantas injustiças não contadas. O olhar conservador, elitista, classista dominante ignora tais tristezas, os açoites continuam na alma de quem não pode se defender, esse olhar conservador ignora, ignora, ignora, friamente. Em face desse olhar dominante não podemos recuar, e sim tentar sobressair desses preconceitos que em muitos casos sucumbem até a vida de nossos jovens excluídos da sociedade. Famílias pobres e negras inteiras lutam por seus direitos sociais, afinal segregadas, com que jogadas para fora da sociedade habitando em lugar



nenhum como seres sem valor. Esse valor qual seria? O valor de ser homem ou mulher não basta? O que vemos são pessoas desclassificadas da qualidade de pessoas, como coisas, sub-humanos. Os segregados raciais e sociais são tratados como pessoas sem direitos apesar de tê-los, não o vemos manifestado na sociedade. São grupos inteiros e pessoas que “sem direitos” sobrevivem a olhares altivos e preconceituosos que permeiam não só na falta de recurso material, ou falta de política, mas um abstrato, como que na atmosfera um olhar preconceituoso, soberbo, altivo oprimindo até seus possíveis sonhos, sobrevivendo apesar da sociedade conservadora implacável com os diferentes.

Precisamos pensar na escola com direito de fato, não só no papel, e essa escola como trataria esses diferentes, já violentados pela vida, ela acolheria ou expulsaria? Afinal a escola exige ordem. As escolas devem se conscientizar e seus profissionais também. É importante levar a vítima a entender o porquê ela vive assim, conscientizando política e socialmente não apenas dando conteúdos, mas, esperança de um futuro melhor. Apesar do futuro dos mesmos estarem pré-definidos, em tese pela discriminação, é fundamental oferecer escolhas e esperança, para que o mesmo se emancipe. A justiça verdadeira como conhecemos é um privilégio apenas para jovens brancos e socialmente aceitáveis.

3.0 QUAL SERIA A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NESTE CONTEXTO?

O ECA fortaleceu o direito a educação, as escolas e os profissionais são reconhecidas como instituições que garantem o direito a infância-adolescência até perante a justiça. Um processo parecido se deu diante do movimento dos jovens por políticas de ações afirmativas da educação média e superior, movimentos negros, indígenas, quilombola, e movimento de jovens pelo direito a cotas, a programas de ação afirmativa, como direitos de igualdade e justiça social, étnica e racial, as famílias pobres negras pondo esperança nesses programas educacionais de justiça social, étnica e racial reagindo para que seu filhos não sejam entregues a justiça penal com suas marcas racistas e classistas.

A delinquência infanto-juvenil é diagnosticada e tratada como uma tara moral de pré-humanos a ser extirpada sem justiça e longe do campo de educação e da pedagogia. Coisificando os pobres e negros, rotulando-os e conscientizando-os desse destino fatal que os aguarda, esse é o caminho da política radical em que não se percebe traços de humanidade. Em nome da moral se é imoral, essa política é segregadora e contraditória. Haveria uma pedagogia sem que se contemplasse essas realidades? A pedagogia que liberta precisa não mais fechar os olhos para essas questões. Há necessidade urgente de uma reavaliação desses costumes conservadores, que matam sim, matam, e



não é força de expressão. A pedagogia simplesmente conteudista, sem ser primeiro humanista. Apenas aplicando provas cada vez mais elitistas para que se eternize tais problemas, sofisticação de didáticas quando se tem que falar a linguagem do povo.

Boaventura de Sousa Santos (2013, p.76) lembra-nos de que a tensão entre o humano e o não humano no ideal de universalidade dos direitos humanos, convive sempre com a ideia de uma “deficiência originária da humanidade”, a ideia de que nem todos os seres com o fenótipo humano são plenamente humanos e não devem por isso se beneficiar do estatuto e da dignidade conferidos a humanidade. (Santos,2013, p.76).

3.2 Pedagogia humanizada que evoca a função social da escola

Esse olhar crítico e enganoso de quem é humano ou não, acaba coisificando as massas excluídas historicamente, esse olhar vem muitas vezes da Pedagogia tradicional, que não leva em conta tais atrocidades. Quando muito a proposta é de transformar o educando excluído, em ser humano, afinal ela (a pedagogia) não percebe, que ele já é humano.

A Pedagogia só pode ocorrer se houver humanização, de todos os sujeitos, com dignidade e respeito. Ora, se ainda existe os “Outros”, os sub-humanos, que não são pensados nessa humanidade “moral”, como realizar a humanização?

Para equacionar a relação entre igualdade educacional e social torna-se necessário trazer a riqueza de análise que aumenta nas diversas ciências sobre essa tensão do humano e não-humano, que acompanha de maneira tão persistente a separação abissal entre os “Nós” humanos, humanizáveis, educáveis, e os “Outros”, desiguais, porque deficientes em humanidade. In-humanizáveis, ineducáveis. (Arroyo,2015).

A pedagogia que liberta, em que o pensamento crítico prevalece, abandona essa visão que vitimiza e condena os “Outros”, jogando-os num lugar sem fala, e num destino fatal, como pessoas que não cabem, não são, como sujeitos sem direitos. Essa visão segregadora é histórica e deve ser a reflexão primeira da pedagogia, a estrutura social e cultural é a responsável por essas diferenças sociais. Temos que ter uma Pedagogia de Resistência, de libertação, de subversão que contemple a educação humanizada.



Para que isso ocorra as amarras tradicionalistas da pedagogia, devem cair por terra, considerando as ciências e história, que nos revelam tais desigualdades, não podemos ficar como inocentes, simplesmente levados, pelo sistema. Nos desculpando e lavando nossas mãos. A pedagogia do oprimido nos convida a pensar e refletir sobre tais circunstâncias, que vem negando um futuro para nossos pequenos.

É urgente normatizarmos a educação crítica o conhecimento simples, sem tendências, é preciso romper com o passado tão presente em nossas escolas. A consciência coletiva é necessária, consciência de que fomos roubados, e que estamos a quem do conhecimento verdadeiro de nossas vidas e essências. A pedagogia que liberta irá conscientizar sobretudo, do porquê que tais injustiças acontecem.

Este paradigma só foi questionado quando grupos sociais discriminados e excluídos se organizaram, não só para lutar contra a discriminação e a exclusão, mas, para pôr em causa os critérios dominantes de igualdade diferença e os diferentes tipos e inclusão e exclusão que legitimam. (Santos,2013, p.78-79)

Essa tão sonhada liberdade que vem por meio da educação, deve ser uma normativa, as desigualdades tem que ser pensadas. O conhecimento que liberta por meio da palavra, no seu sentido amplo, tem que ser e pode ser fornecido por assim dizer pela pedagogia, pedagogia transformadora que realmente humaniza. É importante garantir uma ideia de que os “Outros” considerados incultos, podem ser protagonistas e sabem/podem construir suas histórias, não passivos com tantas injustiças, mas, ativos na sociedade construindo um futuro melhor e não aceitando mais rótulos que lhe são impostos como marginais do sistema. Freire, (1921-1997) propõe educar os oprimidos com pedagogias que recuperem sua humanidade roubadas pela educação bancária.

E esse é o grande paradoxo da educação que ao mesmo tempo em que se diz libertadora, rouba as liberdades mantendo mentes cativas a um padrão dominante, com amarras invisíveis que cegam as consciências de seu poder-saber na sociedade. Pois podendo, se sabem e se reconhecem ao discernir as vozes dos opressores em nós mesmos, e não apenas nos compadecer dos pequenos excluídos, mas sim participar do processo de libertação em nós e nos outros embutidos. A educação transforma, o conhecimento traz para a realidade oportunidades e igualdade e nisso deve ser pautada nossa educação. Será que sabemos selecionar o conhecimento? Ou apenas reproduzimos ecos de injustiça, chamando isso de educação?



É eminente um olhar humano ao considerar que a sociedade desde a colônia, roubaram a humanidade e a liberdade dos excluídos. Um olhar não só pedagógico, mas que considera a história, as injustiças cometidas a esse grupo. Um olhar crítico que analisa também as políticas, a cultura, a economia que conserva essas desigualdades. É necessário um olhar profundo para a sociedade, e para dentro de si, se reconhecendo em cada pessoa, sem precisar se encaixar em padrões, ser autônomo, e ao mesmo com essa consciência de lutar e colaborar coletivamente em tudo com todos. Um olhar que repudia a injustiça e acolhe a verdade, sim porque a história nos relata a verdade, não, mais nos empenhemos e nos agarrar a contos, ou a sensos comuns, não mais... Que nossa consciência apesar de livre seja fundamentada em razões históricas, verdadeiras para que não cometamos os mesmos erros de outrora. Precisamos de um olhar além das técnicas de ensinar, um olhar que devolva a esperança a essa massa segregada tão injustiçada, um saber não apenas teórico, e sim prático, praticando sobretudo humanidade.

Em tempos de luta pela qualidade da educação é necessário entender que a mesma não é igual para todos. E não apenas no aspecto financeiro, ela é desigual porque subjuga as culturas e liberdades de nossas crianças e jovens excluídos, diminuindo os saberes que não pregados pela tradição, diminui valores não levando em conta o “homem” que carrega tais saberes. Essa educação por vezes, ignora os paradoxos que são normais e que devem haver em nossa sociedade, uma vez que apesar de ser única, consiste em sujeitos diferentes em etnias, vivências, raça, costumes e isso é natural não pode ser considerado um escândalo algo que subtrai a civilização como um todo, algo negativo. Essa igualdade verdadeira clama pelo direito a desigualdade de seres, de saberes, de culturas. A justiça seria não apenas social, mas, uma forma de igualar as oportunidades para todos, cuidando para que suas identidades não sejam arrancadas. O direito a igualdade social, porém respeitando a desigualdade cultural, racial, étnica enfim...

3.3 Olhar que mata

A partir desse olhar conservador começa uma desumanização do homem, como se uns fossem homens outros não. Mas, a educação é para o homem em seu sentido correto. Mesmo em uma mesma raça, com pessoas da mesma classe social, elas são diferentes pelas suas vivências e visão de mundo, mesmo quando tudo é idêntico, as visões são muitas vezes antagônicas uma vez que depende do subjetivo de cada um. Não me parece inteligente uma pedagogia que padronize a todos, sem respeitar as individualidades e liberdades, sem que todos tenham o direito as suas próprias essências.



O quão é equivocado esse olhar, pensando isso, não é possível de se obter educação por essa visão tradicional, só conseguimos segregar os diferentes e perpetuar miséria. Todos esses problemas educacionais inevitavelmente levará a questão de valores, o homem é que decide o que é importante ou não, o homem é maior do que determinada tradição ou valor, o homem valida e a educação genuína visa o homem. Que sentido teria se não o fizesse? O homem é o protagonista é ele quem aprova ou não tal atitude. É preciso reconhecer esse poder no homem. A propósito é a partir da experiência e vivência humana que se determinam valores, que valores seriam esses em que o valor humano não está embutido? O que sobra? Qual seria a fundamentação de um suposto valor maior, imposto e preconceituoso, segregador da sociedade? Coisificar o homem?

Este é o quadro da existência humana, e neste quadro que o homem é encaixado- enquadrado. O homem é, pois, um ser situado. Situação é com efeito o termo que sintetiza tudo quanto foi dito. E essa é uma condição necessária para possibilidade da existência humana. Saviani (1989) indica os princípios de uma educação que seja humanizadora e fundamentalmente renove o olhar sobre como se faz educação:

Em resumo: a consideração do problema dos valores em face da realidade existencial concreta do homem brasileiro nos permite definir os seguintes objetivos gerais para a educação brasileira.

1. Educação para a subsistência;
2. Educação para a liberdade;
3. Educação para a comunicação;
4. Educação para a transformação.

(Saviani, p.23, 1989)

Frente a estes objetivos é que a educação brasileira ainda caminha teoricamente. E as realidades concretas de cada aluno atuam diretamente nos valores e objetivos no processo educacional que vislumbra o homem humanizado. Na escola periférica muitas vezes as crianças precisam se perceber seres pensantes antes de mais nada, se permitir a aprender, mesmo diante das situações mais catastróficas, são métodos e meios diferentes de se chegar a uma educação satisfatória, enquanto não se define bem essa diferença na educação brasileira, como disse a função da escola é para ninguém, só um abstrato de ideias requintadas que não conversam com os sujeitos, tentando apenas conformá-los a um ideal estereotipado e hegemônico. A função da escola está em emancipar e capacitar o homem para transformar sua realidade,



qualquer que seja ela. Portanto é imprescindível abrir nosso olhar e ampliar nossos horizontes para que não se engane sobre os processos de educação no qual estamos a tempos atrelados. É preciso transformar!

CONCLUSÕES FINAIS

Entendemos que numa educação transformadora o homem tem valor, não esse considerado pelos “quefazeres” de políticas públicas, não comprometidas com as minorias. A Pedagogia deve considerar os aspectos humanos e não coisificar o homem, imputando nos mesmos valores platônicos não condizentes com sua situação real. A educação que liberta considera tais aspectos, não generaliza o homem e o respeita como um cidadão de fato, os educadores devem entender o mundo em que vivemos e fazê-lo entender aos educandos marginalizados por conta de uma agenda política pública que não considera as massas ignorando-as como coisas a margem do caminho, negando a educação e negando a realidade de tais pessoas. Como poderemos educar sem considerar fatores políticos, econômicos étnicos e raciais dos indivíduos da nação, como libertar, transformar sem ter compromisso com tal manipulação? O valor, tão dito em campanhas deve ser de fato considerado, porém o valor que consideramos é o valor do homem em sua humanidade, não daquele ou desse tipo de homem. Depois de considerar os direitos respeitados e isso perpassa pela política, devemos nos perguntar sobre as metodologias e técnicas usadas para a aquisição de conhecimento.

A dialética, a práxis seriam ferramentas importantes do processo educativo e de poder de fala. Considerando primeiro as desigualdades, quebrando sofismas, sentidos comuns, garantindo igualdade, se não equidade a todos os segregados e esquecidos de nossa sociedade. Educação como sinônimo de respeito e de liberdade. Essa seria a função da educação, o que fazer libertador na escola? É importante que façamos as nossas escolhas como pedagogos e pedagogas.

Conclui que essa pesquisa atendeu o objetivo principal que foi: buscar a função social da escola. Nesse processo reflexivo nasceu a necessidade de tomar consciência a partir de si mesmo. O que fiz com muita dedicação e assim a pesquisa oportunizou a aproximação com Paulo Freire, do qual o olhar sobre si mesmo me envolveu. Assim a redação passou a ser mais pessoal e, portanto, refiz um trajeto de conscientização pessoal que possibilitou pensar sobre a escolha que faço como pedagoga.



REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARROYO, Miguel G. O direito à educação e a nova segregação social e racial: tempos insatisfatórios. **Educação em Revista**: Belo Horizonte, MG, v.31 n.03, jul. - set. 2015 p. 15- 47. Disponível em: scielo.br/j/edur/a/TvhHNQd9rys6nwV9ghM9t9M/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 de ago. de 2023.

ARROYO, Miguel G. Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual? **Revista Educação e Sociedade**: campinas, SP, v.39 n.145, out. – dez. de 2015 p. 1098- 1117. Disponível em: scielo.br/j/es/a/jZgN9bxbKPr8m5SKrNCQr5f/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 de ago. de 2023.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SANTOS, B. de S.; CHAUI, M. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 9 ed. São Paulo, SP: Cortez e Autores Associados, 1989.

SOUZA, Jessé. A gramática Social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências sociais**: v. 19, n. 54, fev. de 2004. Disponível em: [SciELO - Brasil - A gramática social da desigualdade brasileira A gramática social da desigualdade brasileira](https://scielo.br/j/brasil/a/Agramatica-social-da-desigualdade-brasileira). Acesso em: 15 de fev. de 2023.

VILELA, BORREGO & AZEVEDO. Pesquisa Narrativa: uma proposta metodológica a partir da experiencia. **Revista Estudos Aplicados em Educação**. São Caetano do Sul, SP, v.6,n.12, 2021. Disponível em https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/8129/3636 Acesso 09/04/2023.